



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 06058/11

ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL –
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA – ATENDIMENTO DOS
REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE –
REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS -
LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO
DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 2.426 / 2.011

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **ANTÔNIO DA SILVA FILHO**
 - 1.2.2. Matrícula: **8.672**
 - 1.2.3. Cargo/Função: **Vigia**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Educação**
 - 1.2.5. Tempo de serviço prestado: **09 anos, 08 meses e 03 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **30/07/2009**
 - 1.3.2. Órgão data de publicação: **Mensário Nº 590 DE 30/07/2009**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Prefeito do Município de Santa Rita, Sr. Marcus Odilon Ribeiro coutinho**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A DIAPG concluiu pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício -- e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se e registre-se.

Sala das sessões do TCE-PB - Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 22 de setembro de 2011.

Conselheiro **Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**
No exercício da Presidência

Auditor Substituto de Conselheiro **Marcos Antônio da Costa**
Relator

Isabella Barbosa Marinho Falcão
Representante do Ministério Público Especial junto ao TCE-PB